



**Retextualizar e reescrever, editar e revisar:
Reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial**

Carlos F. B. d'Andrea (UFV)
Ana Elisa Ribeiro (UFMG)

RESUMO: Apresenta-se uma revisão dos conceitos de retextualização e reescrita, estabelecendo relações entre esses termos e a atividade profissional de editor e revisor. Além destas, outras atividades surgem em um cenário complexo em que há certa “agregação” (KRESS; VAN LEUWEEN, 2001) na estrutura das atividades dos profissionais do texto. Com base, principalmente, em conceitualizações de Marcuschi (2001), Dell’Isola (2007), Matencio (2002; 2003) e em obras sobre produção editorial, são retomados aspectos da reescrita e da retextualização que se aproximam da revisão e da edição de textos. Conclui-se que a área de edição profissional tem interesses em comum com práticas de produção textual no âmbito da educação.

Palavras-chave: Retextualização; Reescrita; Revisão de Texto; Produção de Texto; Edição.

1. Imagem e palavra

Não são incomuns afirmações a respeito da relevância e da prevalência que a imagem teria em nossa cultura e em nossa sociedade hoje (FURTADO, 2006; KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Se, para alguns, as linguagens audiovisuais suplantariam, em importância e quantidade, a cultura escrita, há séculos central para o Ocidente, em favor de uma cultura imagética, o que se pode observar em relação à publicação de textos está na contramão dessa visão. Ainda hoje, uma profusão de textos vem sendo produzida e veiculada nos mais diferentes suportes, sejam eles impressos ou digitais. Parte significativa dessas publicações é resultado de um processo em que textos “originais” (no sentido que lhes dá a editoração) são

transformados em textos editados, em geral, “tratados” por vários tipos de profissionais. Isso caracteriza um intenso processo de reorganizações da matéria-prima linguística, gerando uma ininterrupta sequência de produção de textos baseados, em maior ou menor intensidade, em textos anteriores.

Ao mesmo tempo, atualmente, parece consenso, nos estudos da Linguística, que um texto deve ser tratado como um processo, numa abordagem que lhe enfatize as condições de produção e recepção, e não como um produto acabado e auto-suficiente (conforme nos ensinam, há décadas, CAMPOS, 1986, e COSTA VAL, 1997). Nesse sentido, conceitos como o de *reescrita* e, principalmente, o de *retextualização* têm sido citados com frequência, especialmente para abordar e descrever um processo de produção de textos que não se parece com uma ação pontual e “inspirada” (como nas tradicionais “redações”, conforme diferenciação de GERALDI, 1997 ou COSTA VAL, 1997). Embora retextualização e reescrita surjam, algumas vezes, sem uma distinção conceitual mais aprofundada, são conceitos empregados na tentativa de mostrar o que ocorre a um texto, do “original” ao “final” (ou “terminal”, para FIAD; BARROS, 2003), pelo menos do ponto de vista da produção (já que a leitura é ainda outra história e merece um capítulo à parte).

Também nesse contexto, pode-se verificar que as diferentes atividades relacionadas à produção textual, assim como as profissões ou funções a ela associadas, tais como a revisão e a edição de textos, vêm ganhando crescente importância, ao mesmo tempo em que passam por grandes transformações, entre outros fatores, por causa do impacto das tecnologias digitais de produção e transmissão de informações no tratamento dos textos para produção editorial.

Este artigo pretende, em primeiro lugar, esclarecer os conceitos de *reescrita* e *retextualização*, apresentando uma breve revisão das principais definições já publicadas no Brasil e procurando identificar as especificidades de cada um deles. Em seguida, procuramos debater a relação entre esses conceitos e algumas práticas profissionais ligadas ao tratamento de textos, como as atividades de edição e revisão, destacando a complexa “rede de produção” à qual é submetido o texto adaptado para uma publicação.

2. Retextualização e reescrita

Parece não serem consenso entre os linguistas (e pesquisadores de áreas afins) as noções de/as nuances entre os conceitos e as ações de retextualização, revisão, edição e reescrita. Em várias ocasiões, dois ou mais desses conceitos são citados como sinônimos, conquanto em outros contextos alguns pesquisadores procurem, ainda que de forma pouco conclusiva, apresentar diferenças e limites entre eles.

Marcuschi, provavelmente o pesquisador brasileiro mais citado quando o assunto é retextualização, não define explicitamente essa noção, mas, em nota de rodapé, dá indícios do alcance do conceito. Retomando a ideia original proposta por Travaglia (1993, citado por Marcuschi, 2001), que usou a expressão para caracterizar o processo de tradução de um texto de uma língua para outra, Marcuschi (2001, p. 48, grifo nosso) afirma que “aqui [na retextualização] também se trata de uma ‘tradução’, mas *de uma modalidade para outra*, permanecendo-se, no entanto, na mesma língua”. Pouco adiante, o autor dá pistas do que chamaria de reescrita, afirmando que, para substituir retextualização, “igualmente poderíamos usar as expressões refacção e reescrita, (...) que observam aspectos relativos às mudanças de um texto no seu interior (uma escrita para outra, reescrevendo o mesmo texto)”. Embora

sugira uma equivalência entre as expressões, acreditamos que o autor não deixa de apontar uma diferença importante: na reescrita (ou refacção), atua-se sobre “o mesmo texto”, enquanto na retextualização, passa-se de “uma modalidade para outra”, no caso dos estudos de Marcuschi, as “modalidades” podendo ser compreendidas como a oralidade e a escrita. Dessa forma, parece-nos pertinente inferir que a retextualização seja uma modificação mais ampla do texto, inclusive podendo-se alterar o meio em que ele é produzido/veiculado (entrevista oral para notícia escrita, por exemplo, ou do texto impresso para a notícia do rádio). A reescrita, diferentemente, só poderia ocorrer do escrito para o escrito. Dessa distinção, pode-se propor que toda retextualização é reescrita, mas nem toda reescrita gera uma retextualização.

Dell’Isola (2007, p. 10), por sua vez, define a retextualização como um “processo de transformação de uma modalidade textual em outra, ou seja, trata-se de uma refacção e uma reescrita de um texto para outro, processo que envolve operações que evidenciam o funcionamento social da linguagem”. Nessa definição, a autora, embora, em alguma medida, também aponte como sinônimos os conceitos de retextualização, refacção e reescrita, parece-nos indicar que as características operacionais dos dois últimos têm na retextualização uma finalidade diferente, que é a passagem de “um texto para outro” em “modalidades” diferentes, tal como define Marcuschi.

Matencio (2002) aponta com mais clareza as diferenças entre as noções de reescrita e retextualização. Partindo do pressuposto de que “retextualizar é produzir um novo texto”, a autora afirma “que toda e qualquer atividade propriamente de retextualização irá implicar, necessariamente, mudança de propósito”. A reescrita, por outro lado, “é atividade na qual, através do refinamento dos parâmetros discursivos, textuais e linguísticos que norteiam a produção original, materializa-se uma nova versão do texto”. As diferenças entre a “mudança de propósito” da retextualização e a criação de uma “nova versão do texto” a partir da reescrita parecem reforçar a característica estrutural da primeira atividade, em oposição a um aperfeiçoamento interno do texto (um “refinamento”) visado pela prática de reescrita.

Em outro trabalho, Matencio explicita que a retextualização seja a “produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base” (MATENCIO, 2003, p. 1), dando ênfase à condição derivada do segundo texto, produto executado a partir de outros que são utilizados como fontes ou como macros. Partindo da operação mais autoral a uma operação derivada, Matencio (2003, p. 3-4) explica que:

textualizar é agenciar recursos *linguageiros* e realizar operações linguísticas, textuais e discursivas. Retextualizar, por sua vez, envolve a produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base, o que significa que o sujeito trabalha sobre as estratégias linguísticas, textuais e discursivas identificadas no texto-base para, então, projetá-las tendo em vista uma nova situação de interação, portanto um novo enquadre e um novo quadro de referência. A atividade de retextualização envolve, dessa perspectiva, tanto relações entre gêneros e textos – o fenômeno da intertextualidade – quanto relações entre discursos – a interdiscursividade. (MATENCIO, 2003, p. 3-4)

Assim, parece-nos que o conceito de retextualização pode ser, sem dificuldades, associado a uma mudança entre modalidades de veiculação e entre gêneros textuais, aqui entendidos como “formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais típicas e em domínios discursivos específicos”

(DELL'ISOLA, 2007, p. 17). Mais do que intervenções de caráter meramente lingüístico, interessa, no processo de retextualização, a adequação de um texto a determinada situação comunicativa, o que pode implicar em mudanças inclusive na composição tipológica ou genérica¹, o que não seria o caso da reescrita.

Para Matencio, uma vez mais, “se retextualizar é produzir um novo texto, então toda e qualquer atividade propriamente de retextualização irá implicar, necessariamente, mudança de propósito, pois o sujeito opera, fundamentalmente, com novos parâmetros de ação da linguagem” (MATENCIO, 2003, p. 4). A esse respeito, Marcuschi (2001, p. 54) levanta quatro variáveis fundamentais nos estudos dos processos de retextualização: o *propósito* ou objetivo; a *relação entre o produtor do texto original e o transformador*; a *relação tipológica* entre o gênero textual original e o gênero da retextualização; e os *processos de formulação* típicos de cada modalidade. Para o autor, essas variáveis parecem indicar que a retextualização é um tipo de alteração marcada pela intervenção estrutural sobre um texto “original”, que assume características diferentes de acordo com os objetivos que redirecionam a produção textual e dependem dos sujeitos envolvidos no processo. Interessante notar que, sendo variáveis, tais aspectos do processo de retextualização admitem diversas combinações. Certamente, o propósito da refação (de refazer, um verbo também abrangente, bem mais do que reescrever) orienta as operações empreendidas no texto, assim como as relações tipológicas no gênero (ou nos gêneros de partida e chegada, para usar expressões caras à tradução).

Os processos de formulação do texto oral e do texto escrito também redirecionam fortemente o que será mudado, prevendo-se, aí, uma mão dupla (oral/escrito, escrito/oral). Já as relações entre produtor do original e transformador do texto encontram poucas possibilidades que, no entanto, intervêm no texto profundamente. Uma delas é o caso de autor e transformador (editor) serem a mesma pessoa, algo que ocorre a muitos escritores profissionais, por exemplo (conforme diversos depoimentos em VAN STEEN, 2008, v. 1, 2 e 3). Talvez essa consciência do próprio texto seja um estágio desejável a qualquer produtor de textos. Outra possibilidade é quando o autor escreve e uma segunda pessoa atua como transformadora do texto, seja isso feito de forma profissional ou não. A revisão por pares em atividades escolares não raro é descrita por pesquisadores no Brasil. No campo profissional, também é comum que indivíduos e equipes se especializem em tratar os textos alheios, conforme diretrizes pré-configuradas, tal é o caso de editores e revisores de textos.

A reescrita pode também ser associada ao processo de produção de texto cujo objetivo maior é a alteração de trechos de um original, mantendo-se sua estrutura básica, mesmo que a intervenção seja mais intensa. Fiad (1991) e Menegassi (2001), baseados em

¹ Para exemplificar, segundo essas definições, seriam retextualizações, por exemplo, entrevistas orais que se transformam em reportagens. Também o seriam artigos científicos que são transformados em notícias em jornais. No entanto, é importante problematizar essas questões, para que se possa perceber a complexidade delas: Entrevistas feitas por e-mail (cada vez mais comuns), portanto, escritas, transformadas em reportagens escritas são retextualizações? Uma reportagem que, por falta de espaço na página do jornal, é editada e se torna um “tijolinho” (breve notícia, nota) passa por reescrita ou é, de fato, uma retextualização? Conferências gravadas em vídeo e, depois, publicadas em livros, sofrendo pequenos ajustes, são retextualizações ou reescritas? Paramos por aqui, no entanto estamos certos de que nesta nota de rodapé não caberia as inúmeras perguntas possíveis sobre essas categorizações. De qualquer forma, é necessário, no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, adotar alguma definição e manter a coerência.

Fabre (1987, citado por ambos os autores), mencionam quatro operações no processo de reescrita: adição, substituição, supressão e deslocamento. Em todas as quatro operações, as intervenções podem ser de ordem mais pontual, alterando-se a pontuação ou um grafema, por exemplo, ou mais abrangente, alterando palavras ou frases. Os autores não se omitem, no entanto, em relação à orientação discursiva que tais mudanças podem ou devem ter. Segundo Fiad e Barros (2003), na reescrita, há um “agir sobre a textualidade e sobre a discursividade”.

A alteração não-estrutural da reescrita e o propósito de “refinamento dos parâmetros discursivos, textuais e lingüísticos” (MATENCIO, 2002) muitas vezes aproximam-na do que Jesus (1997, p. 102) chamava de “higienização do texto”, uma operação cujo “objetivo principal consistia em eliminar as impurezas previstas pela profilaxia linguística (...)”. Ainda que a expressão “higienização do texto” tenha, na argumentação de Jesus, conotação negativa, uma vez que representaria o apagamento de marcas autorais do texto (no caso, produzido por alunos) em nome de rigorosa adequação a parâmetros normativos da língua, podemos entendê-la também como uma ação muitas vezes necessária para, em última instância, a reprodução de um texto “refinado” e, principalmente, adequado a dada situação comunicativa, especialmente quando ela tem como meta a publicação. Não por acaso, metáforas como “limar”, “limpar” ou “enxugar” são utilizadas no dia-a-dia de quem trabalha em atividades editoriais, certamente pessoas habituadas à alteração de padrões e normas, muito mais do que costuma admitir quem está fora desse mercado.

O caráter estrutural da retextualização e as modificações internas do processo de reescrita, conforme diferenciações aqui sugeridas, não podem esconder a simultaneidade e a complementaridade de ambas no processo de intervenção sobre um texto. Do mesmo modo, não se pretende propor qualquer tipo de hierarquia entre elas. Citando Fabre e Cappeau (1996), Fiad e Barros (2003) chamam de reescrita às “modificações escriturais pelas quais os diversos estados dos textos constituem as sequências retomadas, que resultam em um texto terminal”, o que muito sugere a extensa rede de atuações dos profissionais que trabalham diretamente com o texto, rede essa cheia de tênues diferenças entre uns e outros profissionais (revisores, editores, copidesques, revisores de provas etc.).

De forma mais ampla, no entanto, “a reescrita é uma atividade metaenunciativa que constitui um retorno sobre o dizer (...)” (FIAD; BARROS, 2003, p. 10), o que a separa, novamente, em duas situações: quando o próprio autor “retorna sobre o dizer” dele mesmo e quando um outro retorna sobre o dizer de um autor, seja ele um estudante ou um escritor profissional. Esse retorno, em ambos os casos, é carregado de pressupostos, conceitos e concepções sobre texto e discurso. As alterações resultantes desse retorno, também, trazem consequências sobre o dizer “terminal” que podem ser discutidas (ou não) com o autor, numa interação de caráter menos ou mais pedagógico entre quem reescreve e quem submete seu texto à reescrita.

3. Revisão e edição

Estabelecida uma diferenciação entre retextualização e reescrita, interessa-nos ainda (ou também) discutir como essas intervenções podem ajudar a entender e caracterizar algumas atividades ligadas à “manipulação” do texto escrito, por exemplo, a revisão e a edição de textos para publicação. Presentes nos mais diversos contextos de produção em que o texto é uma das matérias-primas, os profissionais dessas redes precisam ter clareza das ações que

executam sobre a produção alheia, já que aqui não nos dedicaremos a discutir a reescrita na escola, mas a atuação profissional de “reescritores” ou “retextualizadores”.

Para caracterizar os processos de revisão e edição de textos, foi consultada bibliografia de caráter técnico, isto é, cuja função principal era descrever os processos de textualização e dar orientação a profissionais interessados em atuar no setor de edição. Foram privilegiadas obras tradicionais ou de referência, que procuram descrever os processos clássicos e/ou “ideais” de cada área. Ao final, procuramos atualizar a discussão sobre os processos de produção editorial, considerando as mudanças significativas ocorridas nos últimos anos, entre outros motivos, pela informatização dos processos de trabalho em empresas editoriais.

Cabe aqui aproximar os conceitos de reescrita e retextualização às antigas noções de revisão e edição textual². Essas atividades, ao mesmo tempo em que são parte dos processos de escrita em contextos específicos, são formas de operacionalizar modelos mais amplos. Essa relação é explicitada, por exemplo, por Menegassi (2001), para quem “a reescrita nasce a partir de revisões efetuadas no texto”, só podendo efetivamente acontecer a partir desta (ou outra) atividade de reapropriação do texto.

Matencio (2002, p. 28) afirma que, embora possam ser tratadas como equivalentes, “é possível (e desejável) tratar a reescrita como atividade distinta da revisão”. No entanto, é importante considerar que um revisor, ainda que atue apenas nas provas de um livro, está, em alguma medida, reescrevendo, embora os olhares que definem os objetivos da reescrita possam se alterar, a depender dos contextos e dos propósitos comunicativos de cada indivíduo que atua sobre/no texto.

Revisores profissionais, geralmente, têm o propósito de reescrever para tornar um texto mais legível³ (melhorando o livro que um dia esse texto será), com o cuidado de “manter o respeito ao original” (MEDEIROS, 1995, p. 87). A revisão de textos, nesse âmbito, não é uma “ação pedagógica”, no sentido que lhe dá Britto (2003). Não se trata de “ensinar” um autor a escrever, mas de colaborar com ele para que seu texto possa ser apresentado a um público. Já a reescrita em âmbitos escolares, por alunos ou por professores (a famigerada “correção de redação”), tem propósitos muito diversos que definem as ações de todos, autores-alunos e professores-leitores. A intervenção de professores em produções textuais de alunos é revestida de propósitos bastante diversos da intervenção que o revisor de editora faz em textos para publicação. Embora em qualquer dessas circunstâncias estejam todos aprendendo a lidar com textos, repensando estruturas e modos de escrever, os contratos comunicativos entre todos são diversos. Ao fim e ao cabo, no entanto, estão todos reescrevendo.

Serafini (1989), citada por Ruiz (1991) e Assis (2006), propunha uma espécie de tipologia para a revisão textual. Segundo a autora, a correção resolutiva seria aquela em que o

² Segundo Houaiss (2001), a palavra edição é anterior ao século XVII. Sabe-se que o refinamento dos textos já ocorria nas mais remotas tecnologias do livro, por exemplo.

³ Neste contexto, consideramos legibilidade como uma característica da construção linguística do texto. Outro sentido atribuído a este termo associa-o fundamentalmente a aspectos gráficos, como a fonte, tamanho do espaçamento entre letras, entrelinhas, distribuição do texto pela página etc. Para detalhes sobre o assunto, ver Kleiman (2004), no capítulo “A coerência e legibilidade do texto didático”, além dos trabalhos de Maria Otília Bocchini e Maria Elena Assumpção (2006), Yara Liberato e Lúcia Fulgêncio (2004;2007), e das teses de doutoramento de Carla Viana Coscarelli (1999) e Ana Elisa Ribeiro (2008).

revisor⁴ resolve os problemas encontrados no texto. Além dessa, bem próxima de certas etapas do tratamento de texto na editoração, haveria a correção indicativa (quando o revisor apenas marca os problemas), a classificatória (quando ele utiliza metalinguagem para indicar os problemas) e a interativa (quando dialoga com o autor, dando sugestões e discutindo aspectos do texto). Como é de se esperar, o último tipo de correção subsidia muito mais a construção da autoria e a aprendizagem da escrita do que os outros tipos de correção, sendo mais pertinentes à revisão/edição profissional os tipos interativo e resolutivo, especialmente quando se trata, respectivamente, do copidesque (edição do texto) e da revisão final (e de provas). Em geral, a produção editorial opera em prazos curtos, com riscos financeiros, confiança na qualidade do trabalho e é comum que os editores e gerentes desejem que o revisor apresente soluções, sem se preocupar com muitas explicações. No copidesque, sim, a interação é mais produtiva, quando ainda está em negociação uma versão “terminal” do texto. Revisores que “devolvem” perguntas ou apresentam muitas alternativas podem ser considerados profissionais inadequados em contexto de produção editorial. Certamente, o caso da relação entre professores e alunos é bem outro.

Há outra vertente de estudos de texto que procura associar a revisão à correção formal da linguagem, estando a atividade, portanto, restrita à alteração de questões como “ortografia, estrutura da língua, concordância verbal e nominal, regência, colocação pronominal, pontuação, etc.” (MEDEIROS, 1995, p. 34). Essa percepção da tarefa do revisor restringe a atividade a uma intervenção pontual e um tanto técnica sobre o texto, no que converge com a definição de Bueno (2005, p. 360), para quem o “corretor de estilo” é

o profissional do texto, com formação filológica, bibliológica e cultura enciclopédica, que se ocupa de emendar, de maneira coerente e unificada, as incorreções ortográficas, ortotipográficas, ortotécnicas, léxicas e gramaticais, assim como os problemas de coesão (correção de frases e dos conteúdos no texto) que apresenta um original⁵.

É de suma importância enfatizar, nessas descrições, a tarefa de revisão como uma etapa avançada da produção editorial. Não se trata, aqui, da alteração de textos originais em etapa anterior ao tratamento gráfico. Segundo Bueno (2005), o “corretor de estilo” trabalha questões “ortotipográficas” também, o que significa que esse profissional precisa acumular conhecimentos, naquele caso, de composição tipográfica, não bastando que leia os textos manuscritos. Transpondo a questão para nossos dias e adequando-a às tecnologias atualmente disponíveis para a edição, é dizer que o revisor de estilo trabalha sobre textos já diagramados, uma vez que precisa estar atento a aspectos da composição gráfica definitiva, tais como alteração de fontes, corpos, hifenação e relação com imagens.

Medeiros (1995, p. 87) enfatiza a idéia de que o que rege a organização do trabalho de revisão é o respeito ao original e menciona a necessidade de “simplificação das emendas, entendida esta como forma mais eficaz para conduzir a leitura e a correção”. O texto original deve prevalecer, muito embora o profissional que trabalha sobre ele possa melhorá-lo. A “leitura e a correção” às quais Medeiros se refere não são estas do leitor final, “consumidor”

⁴ É bom lembrar que Serafini abordava um contexto de produção de texto na escola, e que este “revisor”, na verdade, era o professor de “redação”.

⁵ As traduções dos trechos são de nossa responsabilidade.

do livro pronto, mas a de outros profissionais que fazem parte da rede da produção editorial, tais como diagramadores e projetistas, que precisam incorporar ao texto em processo de edição as “emendas” feitas pelo especialista.

Queiroz (2008, p. 21) apresenta uma definição de revisão mais ampla, como “procedimento de editoração que realiza uma leitura minuciosa do texto a ser publicado, observando o texto em seus aspectos estilístico, informativo e normativo, de modo a identificar e eliminar inadequações”. Não há, aqui, clareza quanto à etapa em que atua o revisor no processo de edição. Segundo a autora, entre as intervenções esperadas na revisão estão a detecção de problemas na “coerência das informações, uso inadequado de pontuação, acentuação, realces gráficos, citações, abreviaturas, bibliografia, erros de digitação, cacofonia, uso incorreto de tempos verbais, redundâncias”. Ainda assim, espera-se que essas ações não sejam o “ponto orientador da revisão”, sob pena de este “tornar-se um trabalho mecânico, de caráter meramente normativo”. Muito embora Queiroz não defina nitidamente em que ponto do processo de produção textual atua o revisor, a pesquisadora oferece pistas sobre a profundidade das intervenções permitidas a este profissional. É de se convir que alterações na coerência das informações podem ser operação bem mais abrangente do que simples verificações na normalização bibliográfica. O ajuste de “erros de digitação” é operação bastante diferenciada do ajuste de realces gráficos, sendo que estes, muitas vezes, só podem ser definidos após a diagramação do texto. Na definição de um profissional para tarefas mais superficiais e “técnicas” surge, então, a figura do “revisor de provas”.

Araújo (1986, p. 389) traz dados interessantes sobre a profissão de revisor. Segundo o autor, referência importante nos estudos de edição, “na época dos incunábulo confundiam-se as tarefas do revisor tipográfico, do preparador de originais e do filólogo, o que praticamente perdurou até a Revolução Industrial”. Segundo Araújo, parece ter sido aí o início de uma diferenciação entre as tarefas e os profissionais do texto, o que nos sugere que, atualmente, as tecnologias digitais provoquem uma espécie de retorno à “época dos incunábulo”. De qualquer forma, admite o autor que a palavra revisão traz à tona (se sempre trouxe) uma miríade de sentidos, implicando sempre, no entanto, “uma *retomada* do trabalho” (ARAÚJO, 1986, p. 389, grifo do autor). A revisão, para Araújo, é, tecnicamente, o “acurado cotejo do original com as provas compostas”, àquela época ainda utilizando-se métodos analógicos, considerando-se que esta revisão não tinha compromisso com o conteúdo do texto, tarefa para outro profissional.

Fica evidente, portanto, a existência de outros personagens importantes no cenário editorial. Morissawa (2008a, p. 10) destaca que “a função do preparador de originais é realizar a normalização do texto de acordo com as exigências do conteúdo e o estilo da casa, e eliminar aparas, constituindo com seu trabalho uma espécie de controle de qualidade”. Já a copidescagem, tantas vezes sinônima da preparação, é uma atividade exercida por um “profissional que reescreve, edita o texto original, sempre em negociação com editor e autor”, portanto, trata-se de uma prática que intervém mais profundamente sobre um texto original, visando, em última instância, “que o original seja legível”, parecendo tratar-se da mencionada “correção interativa” proposta por Ruiz (1991), quando a autora complementa a tipologia de Serafini (1989) (ambas as autoras são citadas por Assis, 2006). Já para Medeiros (1995, p. 34), copidescar é “dar nova redação a um texto com o objetivo de publicá-lo. O trabalho de copidescagem implica adequação do texto às convenções e normas editoriais. Envolve uma formalização textual, correção gramatical e reescritura do texto”. Para o mesmo autor, copidescar não pode ser confundido com normalizar, segundo convenções da editora, ou com

corrigir gramaticalmente um texto. Para ele, essa impropriedade deve ser solucionada, considerando-se que o copidesque seja, mais uma vez, “dar nova redação a um texto com o objetivo de publicá-lo”, estejam aí destacadas as idéias de reescrever e o claro objetivo de publicar.

Desfazendo todo o esforço de separar editor de texto ou preparador de editor (*publisher*), Yamazaki (2007) trata revisão e edição por algumas de suas diferentes funções. Enquanto a revisão teria um compromisso essencial com a correção do texto (esteja isso sob parâmetros claramente postos), a edição caracterizar-se-ia pelo “princípio de divulgar uma obra clara, tornando-a acessível a um público vasto”, tomando a autora, como característica essencial deste trabalho, a legibilidade (YAMAZAKI, 2007, p. 7). Já a revisão de textos e de provas parece mais aproximada do que os pesquisadores têm tratado como reescrita, operação de “revisão menor”, circunscrita a adições, inserções, deslocamentos e substituições mais discretas e de menor impacto sobre o texto e sua discursividade. A revisão de provas, no entanto, é descrita como uma atividade de cuidados também com aspectos extralinguísticos do livro, um olhar certamente mais amplo do que o daqueles que apenas se preocupam com gramática e letra.

4. Considerações finais

Vários motivos podem ser apontados como dificultadores de uma delimitação mais precisa das fronteiras entre as práticas de intervenção textual. Em primeiro lugar, deve-se considerar a própria complexidade do trabalho que envolve a produção textual, que, como atividade cultural e dinâmica, não se cristaliza em ações totalmente identificáveis pelas teorias. Outras variáveis que tornam ainda mais complexa a definição de conceitos são a emergência e a popularização das tecnologias digitais, que, como suporte para a produção de textos, abrem novas possibilidades para o autor e para os demais participantes da “rede editorial”, afetando, conseqüentemente, as operações às quais são submetidos os textos.

De qualquer forma, há uma identificação entre as ações do mundo editorial em relação ao texto, conhecidas como edição de texto e revisão, que em muito parecem se ajustar aos enquadramentos da reescrita, muito embora nas redes editoriais seja mais difícil reconhecer os limiares entre uma atuação e outra no texto. A depender da intervenção, essas ações podem também ser retextualizações, o que é menos comum quando se lida com um autor e um original. Os profissionais do texto são reescritores, raramente são retextualizadores, embora isso também possa ocorrer. A prática e a teoria sobre edição parecem poder contribuir muito para a compreensão dos processos de produção de textos, considerando-se inseridas aí todas as intervenções necessárias ou propostas pelos editores ou todos os “retornos sobre o dizer” que fazem de um esboço um “texto terminal”, já que o texto definitivo é impossível.

Agradecimentos

À profa. Malu Matencio, interlocutora generosa e importante.

ABSTRACT: This article presents a review of the concepts of retextualization and rewriting, establishing a relationship between these terms and professional activity of the editor and the proofreader. In addition, other

professional activities are discussed in a complex context where it is certain “aggregation” (KRESS; VAN LEUWEEN, 2001) in text workers' activities. Based mainly in conceptualizations of Marcuschi (2001), Dell’Isola (2007), Matencio (2002, 2003) and in publishing works, are discussed aspects of rewriting and retextualization approaching the proofreading and editing of texts. It is concluded that the area of the professional edition has interests in common with practices of textual production in education.

Keywords: Retextualization; Rewrite; Text Proofreading; Text production; Editing.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, E. *A construção do livro*. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/Instituto Nacional do Livro, 1986.
- ASSIS, J. A. Aprender a ensinar: a correção de textos por professores em formação. *I Congresso Latino-Americano sobre Formação de Professores*, UFSC, 9 a 11 de novembro de 2006.
- ASSUMPÇÃO, M.; BOCCHINI, M. *Para escrever bem*. São Paulo: Manole, 2006.
- BRITTO, L. *Contra o consenso*. Cultura escrita, educação e participação. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 84-86. (Coleção Idéias sobre Linguagem).
- BUENO, S. S. En un lugar de la “Mancha”... Procesos de control de calidad del texto, libros de estilo y políticas editoriales. *Panace@*. v. VI, n. 21-22. Septiembre-diciembre, 2005.
- CAMPOS, E. A relação entre o processo e o produto na escrita do texto. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 3, p. 51-52, jun. 1986.
- COSCARELLI, C. *Leitura em ambiente multimídia e produção de inferências*. 1999. 322 f. Tese. (Doutorado em Estudos Lingüísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- COSTA VAL, M. Avaliar redações: uma questão mais ampla do que parece. *Dois pontos*, p. 82-84, jul/ago 1997.
- DELL’ISOLA, R. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- FIAD, R.S. Operações Lingüísticas Presentes nas Reescritas de textos. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, n. 4, p. 91-97, 1991.
- FIAD, R.S; BARROS, J. S. O papel da intercalação na reescrita. *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*. v.3, n. 1, p. 9-23, 2003.
- FURTADO, J.A. *O papel e o pixel*. Do impresso ao digital: continuidades e transformações. Florianópolis: Escritório do Livro, 2006.
- GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JESUS, C.A. Reescrevendo o texto: a higienização da escrita. In: CHIAPPINI, L. *Aprender e ensinar com textos de alunos*. São Paulo: Cortez, 1997. v.1. (Coleção Aprender e Ensinar com Textos).
- KLEIMAN, A. B. *Leitura: ensino e pesquisa*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- KRESS, G; LEUWEEN, T.V. *Multimodal discourse*. The modes and media of contemporary communication. London: Hodder Arnold, 2001.
- KRESS, G; LEUWEEN, T. *Reading images*. The grammar of visual design. EUA: Routledge,

2006.

LIBERATO, Y; FULGÊNCIO, L. *Como facilitar a leitura*. São Paulo: Contexto, 2004.

LIBERATO, Y.; FULGÊNCIO, L. *É possível facilitar a leitura*. Um guia para escrever claro. São Paulo: Contexto, 2007.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita - atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MATENCIO, M. L. M. Atividades de retextualização em práticas acadêmicas: um estudo do gênero resumo. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 25-32, 2002.

MATENCIO, M. L. M. Referenciação e retextualização de textos acadêmicos: um estudo do resumo e da resenha. *Anais do III Congresso Internacional da ABRALIN*, março de 2003.

MEDEIROS, J. B et al. *Manual de redação e revisão*. São Paulo: Atlas, 1995.

MENEGASSI, R. J. Da revisão a reescrita: operações lingüísticas sugeridas e atendidas na construção do texto. *Mimesis*, Bauru, v. 22, n. 1, p. 49-68, 2001.

MORISSAWA, M. A organização do trabalho do texto. In: QUEIROZ, Sônia. (Org.). *Editoração: arte e técnica*. 2 ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2008a. p. 8-10. (Cadernos Viva Voz)

MORISSAWA, M. As ferramentas do preparador. In: QUEIROZ, Sônia. (Org.). *Editoração: arte e técnica*. 2 ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2008b. p. 22-25. (Cadernos Viva Voz)

QUEIROZ, S. (Org.). *Glossário de termos de edição*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008. (Cadernos Viva Voz)

RIBEIRO, A. E. F. *Navegar lendo, ler navegando – Aspectos do letramento digital e da leitura de jornais*. 2008. 248 f. Tese. (Doutorado em Estudos Lingüísticos, Linguagem e Tecnologia). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VAN STEEN, E. *Viver & escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2008. V. 1.

VAN STEEN, E. *Viver & escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2008. V. 2.

VAN STEEN, E. *Viver & escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2008. V. 3.

YAMAZAKI, C. Editor de Texto: Quem é e o que faz. Trabalho apresentado ao NP Produção Editorial, do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. *Anais...* Santos: Unisantos, 2007.